

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO Nº. 216/2022

CONVITE Nº. 02/2022

TIPO: EMPREITADA INTEGRAL

CRITÉRIO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

LEGISLAÇÃO: Leis Federais: nº. 8.666/1993 e alterações posteriores, Lei Complementar nº 123/2006 e alterações posteriores.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA: Paço Municipal, sito à Rua 9 de Julho, 290, Centro, na cidade de Bofete/SP. Entrega dos Envelopes Proposta e Documentos de Habilitação: DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2022, 08h00.

EDITAL NA INTEGRA: À disposição dos interessados no Setor de Licitações, situada no endereço supracitado e no site www.bofete.sp.gov.br, que poderão retirar o Edital, mediante identificação, endereço, número de telefone, fac-símile e/ou e-mail, CNPJ ou CPF.

**AFIXADO NO QUADRO DE AVISOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE
NA DATA DESTE EDITAL, ANEXADA NO SÍTIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.**

INTEGRAM ESTE ATO CONVOCATÓRIO OS SEGUINTE ANEXOS:

ANEXO I – MEMORIAL DESCRITIVO - ENGENHARIA

ANEXO II – PROCURAÇÃO

ANEXO III – DECLARAÇÃO COMPLETA

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

ANEXO V – AVISO DE RECEBIMENTO DO EDITAL

Claudécio José Eburneo

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Nº. 216/2022

CONVITE: Nº. 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: PAÇO MUNICIPAL (RUA 9 DE JULHO, 290, CENTRO)

ABERTURA: DIA 30 DE NOVEMBRO DE 2022, 08h00.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR VALOR GLOBAL.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE**, Estado de São Paulo, através do Departamento de Administração – Setor de Licitações, **TORNA PÚBLICO** que se acha aberta a licitação na modalidade **CONVITE Nº. 02/2022**, destinada à contratação de empresa especializada para os **SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI**, a qual será processada e julgada em conformidade com as disposições pertinentes da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações em especial o artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014, devendo a documentação e a proposta de preço ser entregue até às 08h00 do dia 30/11/2022 na sede da Prefeitura Municipal de Bofete, situada à Rua 9 de Julho nº. 290, Centro, Município de Bofete, Estado de São Paulo, na sala do Setor de Licitações.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a contratação de empresa especializada que ofereça os serviços de RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI, compreendendo o fornecimento de todo o material, empregados, equipamentos, mão de obra, canteiro de obras, serviços complementares, transportes, etc., conforme, Plano de Trabalho, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo de Quantitativo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e projetos constantes no

ANEXO I do presente edital, para atender à demanda do Departamento de Planejamento da Prefeitura Municipal de Bofete/SP.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Além das que foram regularmente convidadas, podem participar deste procedimento outras empresas que atuam no ramo do objeto licitado, cuja finalidade social ou capacitação profissional abranja o objeto desta licitação, desde que cadastradas na correspondente especialidade neste órgão, e que tenham manifestado seu interesse com antecedência de até 24 horas da data e horário indicado no preâmbulo deste instrumento. A manifestação dar-se-á, por ofício, junto ao protocolo no setor de Receita da Prefeitura Municipal de Bofete, com apresentação do certificado de cadastro.

2.2 - Não poderão participar desta licitação as empresas:

- a) Suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Prefeitura Municipal de Bofete, nos termos do artigo 87, inciso III da Lei n.º 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;
- b) Declaradas inidôneas para licitar ou contratar com os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, inciso IV da Lei n.º 8.666/93;
- c) Que estejam estabelecidas sob a forma de consórcio.
- d) Que possuam a participação, direta ou indireta, caracterizada pela existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, de qualquer servidor ou dirigente, mesmo comissionado, desta Prefeitura Municipal, ou de qualquer outro participante por ela designado para constituir comissões que participem desta licitação.
- e) Impedidas de participar, por ato de ofício da Prefeitura Municipal de Bofete, em virtude de inidoneidade praticada anteriormente, por constatação de irregularidades no cadastro, ou qualquer outro fator superveniente.

2.3 - Os impedimentos acaso existentes deverão ser declarados pela empresa licitante, sob pena de responsabilidade administrativa e penas cabíveis, conforme legislação vigente.

3 - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

3.1 - A licitante deverá apresentar dois envelopes, sendo: **01 – DOCUMENTAÇÃO**, que conterá toda a documentação exigida; **02 – PROPOSTA**, que conterá a proposta, dentro das especificações contidas no presente Convite.

3.2 - Os envelopes deverão conter em suas partes externas e frontais, os seguintes dizeres:

<p>DOCUMENTAÇÃO - ENVELOPE I PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE COMISSÃO DE LICITAÇÃO REF. CONVITE Nº. 02/2022 DATA DE ABERTURA: 30/11/2022</p>	<p>PROPOSTA - ENVELOPE II PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE COMISSÃO DE LICITAÇÃO REF. CONVITE Nº. 02/2022 DATA DE ABERTURA: 30/11/2022</p>
---	--

3.3 - Os envelopes deverão apresentar a razão social ou timbre da empresa, ou então o nome completo do licitante e a numeração de seus documentos de identificação.

3.4 - Os documentos contidos nos respectivos envelopes deverão ser apresentados em uma via, impressa via computador, sem emendas, rasuras, borrões e entrelinhas.

3.5 - Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por servidor da Administração Pública Municipal.

4 - DO JULGAMENTO

4.1 - Os envelopes contendo a documentação para habilitação e a proposta serão abertos em ato público, no Paço Municipal, no endereço indicado no preâmbulo, do qual se lavrará ata circunstanciada, assinada pelos licitantes presentes e pela Comissão de Licitação.



4.2 - No Ato Público acima referido, a Comissão de Licitação solicitará aos licitantes presentes, na hipótese de procurador, o respectivo instrumento de procuração, juntamente com a prova de que o outorgante da procuração possui poderes para tanto. Já no caso de empresa individual ou sociedade comercial, deverá apresentar prova de que o representante ao ato está legalmente autorizado a representá-la. Após, procederá a abertura do **ENVELOPE I - DOCUMENTAÇÃO**, cujos documentos deverão ser examinados pelas licitantes presentes e pelos membros da Comissão de Licitação.

4.3 - A licitante que não satisfizer as exigências deste Convite será considerada inabilitada, sendo-lhe devolvido, inviolado, o **ENVELOPE II – PROPOSTA**.

4.4 - A Comissão de Licitação julgará a habilitação, comunicando o resultado às licitantes no mesmo ou em outro Ato Público, designado para tal fim, a seu exclusivo critério.

4.5 - Havendo interesse de recurso na fase de habilitação, a Comissão de Licitação, suspenderá os trabalhos, devendo ser respeitados os prazos previstos no artigo 109 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, para possibilitar aos interessados a interposição de recurso dentro desse prazo, fato este que será registrado em Ata. Neste caso, os **ENVELOPES II - PROPOSTA** serão rubricados por todas as licitantes presentes e, em seguida, ficarão em guarda sob a responsabilidade da Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Bofete, até a data de sua abertura.

4.6 - Havendo desistência expressa de recurso por todas as licitantes, poderá a Comissão de Licitação proceder no mesmo dia e locais mencionados a abertura do **ENVELOPE II** com a **PROPOSTA**.

4.7 - Após a habilitação, não cabe desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fatos supervenientes e aceito pela Comissão de Licitação.

4.8 - Serão abertos os envelopes com as propostas das licitantes que atenderem convenientemente ao disposto neste Convite.



4.9 - Será lavrada Ata para Habilitação que deverá ser assinada pelas licitantes presentes ao Ato Público e outra Ata para a classificação e Julgamento das Propostas, que deverá ser assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

4.10 - O Presidente da Comissão de Licitação proporá a homologação do certame licitatório pelo Exmo. Prefeito Municipal de Bofete, e a adjudicação posterior do certame à licitante vencedora.

4.11 - Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar aos licitantes o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação de nova documentação, ou de outras propostas, escoimados os vícios que determinaram a inabilitação ou desclassificação.

4.12 - Na hipótese de ocorrência de igualdade entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio, entre as licitantes empatadas, com data, local e horário a serem marcados pela Comissão de Licitação.

4.13 - A licitação poderá em qualquer fase ser anulada se ocorrer irregularidades no seu processamento ou julgamento, e poderá ser revogada, a juízo exclusivo da Prefeitura Municipal de Bofete, quando, fundamentalmente, for considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público.

5 - DA DOCUMENTAÇÃO

O envelope “DOCUMENTAÇÃO” deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação do proponente, os documentos comprobatórios abaixo:

5.1 - Documentação Relativa à Habilitação Jurídica:

- a) Registro comercial, para empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, nos termos da Lei e conforme o caso, e ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



- b1) Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme item anterior;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.2 - Documentação Relativa à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes Estadual e Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais (inclusive às contribuições sociais) e à Dívida Ativa da União (conforme Portaria PGFN / RFB N° 1.751 de 02/10/2014);
- d) Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal, da sede ou do domicílio do licitante, relativa aos tributos incidentes sobre o objeto desta licitação;
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n°. 5.452 de 1° de maio de 1943 (introduzida pela Lei n°. 12.440/2011);
- g) A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato, porém, será obrigatória durante a fase de habilitação a apresentação dos documentos, ainda que veiculem restrições impeditivas à referida comprovação;
- h) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da declaração de vencedor, prorrogáveis por igual período, a critério desta Administração, para a regularização da documentação com emissão de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas;

i) A não regularização da documentação no prazo acima previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório.

5.3 - Documentação Relativa à Qualificação Econômico-Financeira:

- a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, expedida no domicílio da licitante com no máximo 90 (noventa) dias da data de abertura dos envelopes.
- b) As empresas que se encontrem em situação de recuperação judicial deverão apresentar o Plano de Recuperação, homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, conforme Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.
- c) Balanço Patrimonial do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

C.1) A boa situação financeira da licitante será aferida pela observância, dos índices apurados pela fórmula abaixo, cujo cálculo deverá ser demonstrado em documento próprio.

ILG -ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL: $\geq 1,00$

ILG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível à Longo Prazo}}$

ILC -ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE: $\geq 1,00$

ILC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

GRAU DE ENDIVIDAMENTO $\leq 0,50$

GEG = $\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}}$

5.3.1 - Apresentação de garantia de proposta, em uma das modalidades previstas no §1º, do Art. 56 da Lei 8.666/1993, correspondente a 1% (um por cento) do valor da licitação, no importe de R\$ 3.051,70 (três mil, cinquenta e um reais, setenta centavos), junto de documento que comprove o pagamento do prêmio à seguradora de apólice.

5.4 - Documentação Relativa à Qualificação Técnica:

5.4.1 - Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Regional de Arquitetura e Urbanismo – CAU, atualizados (em conformidade com o objeto da obra).

5.4.2 - Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de licitação, que contemplem no mínimo 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância da obra (item 2.4 - Base de brita graduada/ item 3.3 - Imprimação betuminosa impermeabilizante/ item 3.4 - Imprimação betuminosa ligante COM RR-2C/ item 3.7 - Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ, COM ESPESSURA DE 3,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017), por meio de pelo menos 01 (um) e no máximo 03 (três) atestados expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, onde figure como CONTRATADA, com as seguintes informações: - objeto do contrato; - nome do(s) profissional(is) responsável(is) pela(s) obra/serviços; - quantificação principal; - local; - período de execução.

a) Quando o(s) atestado(s) apresentado(s) referir(em)-se a subcontratação deverá(ão) vir acompanhado(s) de documento emitido pelo Contratante original, proprietário da obra, demonstrando que a subcontratação ocorreu com sua plena autorização.

5.4.3 - Comprovação de que os profissionais que participarão da obra/serviço desta Concorrência tenham vínculo permanente, ou contratual, com a licitante, na data prevista para entrega das propostas. Este vínculo poderá ser demonstrado por meio de contrato social, contrato de prestação de serviços; registro em carteira profissional, ficha do empregado ou contrato de trabalho, sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.



5.4.4 - Comprovação de Capacidade técnico-profissional que se dará através da comprovação de que o licitante possui, em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, um profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, nos termos da Resolução 218/73 do CONFEA e/ou Resolução 21/2012 do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, que será o responsável técnico pela execução dos serviços, devidamente registrado no Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativo à execução de obras ou serviços de características semelhantes ao do objeto desta licitação, que atenda independente do seu quantitativo as parcelas de maior relevância técnica indicadas no item 10.5.2 e valor da contratação definida neste edital, que se dará mediante apresentação de certidão de acervo técnico – CAT, através de anotação expressa que vincule o Atestado ao Acervo do profissional (artigo 30, parágrafo 1º, inciso I, Lei Federal nº 8.666/93), expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável e de acordo com a Súmula nº 23 do TCE/SP.

5.4.5 – Declaração indicando a relação das instalações administrativas e o aparelhamento, equipamentos e instrumentos disponíveis para execução dos serviços.

5.5. - Documentação Complementar:

5.5.1 Declaração de inexistência de fatos impeditivos; declaração de enquadramento – ME ou EPP; declaração de que não emprega menor; declaração de cumprimento às normas relativas à saúde e segurança do trabalho; declaração de que não emprega servidor (CONFORME MODELO DE DECLARAÇÃO COMPLETA – ANEXO IV)

5.5.2 Instrumento de Procuração, conforme modelo do Anexo III, no caso de a licitante ser representada por outro que não o proprietário ou um dos sócios.

5.6 - Disposições gerais da Habilitação:

5.6.1 Nas certidões que não constarem prazo de validade serão consideradas válidas por 90 (noventa) dias a partir da data de sua emissão.

5.6.2 Os documentos emitidos VIA INTERNET serão considerados originais e poderão ter sua autenticidade aferida pela Comissão de Licitações.

5.6.3 Excepcionalmente em caso de greve geral da instituição emitente da Certidão, e comprovada a real impossibilidade de obtenção de Certidão recente, poderá a Comissão de Licitação a seu exclusivo critério aceitar Certidão Negativa cujo prazo de validade tenha se expirado após o início da greve, desde que acompanhada de declaração de que a empresa está regularizada junto ao órgão em greve. Caso a empresa vencedora esteja enquadrada nesta situação, a mesma deverá apresentar a Certidão atualizada quando cessado o impedimento à sua expedição.

5.6.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, excetos aqueles documentos que pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz. Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante da licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda a documentação de ambos os estabelecimentos na forma e condições previstos neste item.

5.6.5 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

5.6.6 Durante a sessão de abertura dos envelopes, tanto da habilitação quanto à proposta, não serão feitas autenticidades em documentos. A empresa que desejar autenticar documentos deverá comparecer pelo menos 30 (trinta) minutos antes da hora determinada para início dos trabalhos.

6 - DA PROPOSTA - ENVELOPE II

6.1 - A licitante deverá apresentar proposta conforme planilha orçamentária, em uma via, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, datada e devidamente assinada pelo representante legal da proponente, fazendo menção específica da presente licitação e a expressão **“PROPOSTA”**.

6.1.1 - Será considerada vencedora a proposta que apresentar o **MENOR VALOR GLOBAL**.

6.1.2 - Deverá compor obrigatoriamente na proposta:

a) O número deste Convite;



- b) A razão social da proponente, CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);
- c) Apresentar a proposta em conformidade com a especificação contidas no edital, sem alternativa de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado por item;
- d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;
- e) Apresentar valor unitário e total da proposta, com até duas casas depois da vírgula, expresso em moeda corrente nacional, em algarismo, fixo, apurado à data da apresentação da proposta, em caso de divergência entre os valores unitário dos itens e totais, será considerado o valor unitário;
- f) No preço proposto deverá estar previsto, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do Convite, envolvendo, entre outras despesas, tributos de qualquer natureza, transportes, locomoção, estadia, alimentação, etc.

7 – DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

7.1 - Na hipótese de ocorrência de igualdade entre duas ou mais propostas quanto ao desconto ofertado, primeiramente será observado o “empate *facto*” citado na LC 123/2006; em segundo lugar, será realizado sorteio entre as licitantes empatadas, com data, local e horário a serem marcados pela Comissão de Licitação, podendo ocorrer na própria sessão, se os proponentes entrarem em acordo.

8 – DOS RECURSOS

8.1 - Da habilitação ou inabilitação, do julgamento das propostas, da anulação ou revogação da licitação e da rescisão do contrato, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da intimação ou lavratura da ata.

8.2 - Da aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária ou multa, caberá recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da intimação do ato ou lavratura da ata.

8.3 - Se não couber recurso hierárquico poderá o interessado oferecer representação, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da intimação da decisão.

8.4 - Terá efeito suspensivo o recurso interposto contra decisão de habilitação ou inabilitação do licitante e do julgamento das propostas, conforme dispõe o artigo 109, parágrafo 2º da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores.

8.5 - Motivadamente e, havendo razões de interesse público, poderá ser atribuído efeito suspensivo ao recurso interposto contra a anulação ou a revogação da licitação e também nos casos de rescisão do contrato.

8.6 - O recurso e a representação serão dirigidos à Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Bofete, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado ao Chefe do Executivo, devendo, neste caso, a decisão ser proferida no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

8.7 - Caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal de Bofete.

8.8 - O encaminhamento de memorial e contrarrazões de recurso poderá ser feito através dos e-mails licitacao@bofete.sp.gov.br ou compras2@bofete.sp.gov.br, com posterior remessa do original ao Setor de Licitação do Departamento Municipal de Administração, situada na Rua Nove de Julho, 290, Centro, Bofete/SP, CEP 18.590-000, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contadas da data da abertura dos envelopes.

8.9 - Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.

8.10 - O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

9.1 - Decidido os eventuais recursos e constatada a regularidade de todos os atos procedimentais, o Prefeito Municipal homologará todos os atos do certame e adjudicará o objeto ao vencedor.

10 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

10.1 - A contratada iniciará e concluirá seus trabalhos nos prazos estabelecidos no Anexo I.

11 – DA VIGÊNCIA

11.1 - O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da sua assinatura, admitindo-se prorrogações de acordo com o artigo 57, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações.

11.2 - A Contratada deverá iniciar a prestação de serviços imediatamente após a assinatura do contrato.

11.3 - Decorridos 12 (doze) meses do contrato, em caso de prorrogação de prazo, o valor originalmente ajustado poderá ser corrigido pelo índice INPC da FGV.

12 – DO PAGAMENTO

12.1 - O pagamento devido ao licitante vencedor será efetuado em etapas conforme etapas do cronograma físico-financeiro, que será realizado na forma do art. 73, inciso II da Lei n.º 8.666/93.

12.2 - Nos preços contratados estão incluídas todas as incidências fiscais, tributárias, trabalhistas, previdenciárias e demais encargos, que correrão por sua conta e responsabilidade, estando também abrangidas as despesas de transporte, hospedagem, alimentação, necessários à implantação e operacionalização do objeto deste contrato, inclusive despesas com disponibilização de banda Internet e equipamentos para acesso em ambiente Web.



12.3 - Os pagamentos serão feitos através de crédito em conta corrente a ser fornecido pela Contratada, **onde deverá conter na respectiva nota fiscal o número da agência e da conta corrente da empresa.**

12.4 - Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

12.5 - As notas fiscais deverão ser emitidas em sistema eletrônico (Nota Fiscal Eletrônica) em moeda corrente do país, exceto para empresas que estejam instaladas em municípios que ainda não possuam tal sistema.

12.6 - Juntamente com a Nota Fiscal, a contratada deverá apresentar o Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e a Contribuições Sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, expedida pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e CNDT - Débitos Trabalhistas.

12.7 - O CNPJ da contratada constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

12.8 - No ato de assinatura do contrato, a contratada deverá fornecer os dados bancários (banco, agência e número da conta) para depósitos referentes aos pagamentos, conforme exigência do Departamento de Finanças – Setor de Tesouraria.

12.9 - O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente.

12.10 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

12.11 - Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento, os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias, (IPCA-E) em observância ao que dispõe o Art. 40, Inc. XIV, alínea "c" e Art. 55, Inc. III, da Lei Federal nº 8.666/1993, com suas alterações posteriores.

12.12 - O pagamento será creditado em favor da licitante vencedora, na ordem bancária, creditada na conta corrente indicada na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

12.13 - Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido conforme o IPCA-E, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

13 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - A vencedora do certame que descumprir quaisquer das cláusulas ou condições do presente edital ficará sujeita às penalidades previstas no Art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, bem como aos Arts. 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

13.2 - Ficarão impedidos de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de Bofete, pelos prazos abaixo previstos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição:

- a) **Não retirar ou deixar de comprovar que recebeu a nota de empenho sem motivo justo e aceito ou deixar de manter a proposta ou lance no prazo de validade: Impedimento de contratar com a Administração por 02 (dois) anos;**
- b) **Deixar de entregar documento de habilitação exigido para o certame: impedimento de contratar com a Administração por 03 (três) anos;**
- c) **Apresentar documentação falsa exigida para o certame, fraudar na execução do objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: impedimento de contratar com a Administração por 05 (cinco) anos.**

13.4 - Independente da aplicação de penalidades, a proponente ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração e decorrentes de sua inadimplência, bem como arcará com a correspondente diferença de preços verificada em nova contratação, na hipótese de a proponente classificada não aceitar a contratação pelos mesmos preços e prazos fixados pela inadimplente.

13.5 - Após a aplicação de quaisquer das penalidades, realizar-se-á comunicação escrita à empresa e publicação no órgão da imprensa oficial (excluídas as penalidades de advertência e multa de mora), constatando o fundamento legal da punição, informando ainda que o fato seja registrado no cadastro correspondente.

13.6 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê ampla defesa e o contraditório do interessado, nos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

13.7 - Qualquer penalidade aplicada deverá ser registrada, tratando-se de penalidade que implique no impedimento de licitar e contratar com a prefeitura, ou de declaração de inidoneidade.

14 - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1 - A Administração poderá suprimir ou acrescer o objeto do contrato em até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor inicial atualizado, a critério exclusivo, de acordo com o disposto no art. 65, inciso I e § 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93.

15 - DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 - A presente licitação poderá ser revogada, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato supervenientes comprovadas ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. O Município de Bofete poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.



15.2 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, o cancelamento do empenho, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.3 - É facultado à Copel, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

15.4 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

15.5 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

15.6 - As normas que disciplinam este certame serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7 - As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no sítio oficial do Município de Bofete.

15.8 - A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

15.9 - O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, considerado aquele a que está vinculado ao Pregoeiro.

15.10 - A documentação apresentada para fins de habilitação da Empresa vencedora fará parte dos autos da licitação e não será devolvida ao proponente.

15.11 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

15.12 - A despesa decorrente desta Licitação está prevista para o exercício de 2022 e já está compromissada por conta da Dotação Orçamentária:

02.00 - Poder Executivo

02.11.00 – Departamento de Obras – Serviços Urbanos e Rurais

02.11.01 – Serviços Urbanos

4.0.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

15.451.0034.1058 – Pavimentação Rua Etozib Capelari (Fichas 319 – Tesouro/ 320 – Convênio)

15.13 - É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no artigo 81 da Lei nº. 8.666/93 e alterações.

15.14 - Não serão aceitas propostas enviadas nem via fac-símile nem por e-mail.

15.15 - Qualquer pedido de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente Edital e seus Anexos deverá ser apresentado por e-mail licitacao@bofete.sp.gov.br ou pelo telefone (14) 3883-9300.

15.16 - Sempre que houver dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos do Edital, serão sanadas tendo em vista a Legislação que rege esta licitação.



15.17 - O valor total estimado para este certame é de R\$ 305.107,06 (trezentos e cinco mil, cento e sete reais, seis centavos).

Bofete, 11 de novembro de 2022.

Claudécio José Eburneo
Prefeito Municipal



ANEXO I



		Objeto: RECAPEAMENTO ASFALTICO					QUANTIDADE	UNIDADE
		RECONSTRUÇÃO DE BASE						
		RUA ETOZIB CAPELARI - base					810,57	M²
		RECAPEAMENTO ASFÁLTICO						
		RUA ETOZIB CAPELARI					2087,93	m²
		TOTAL					2.087,93	m²
ITEM	CUSTO CDHU 187 (sem deson.)	DESCRIÇÃO	SERVIÇOS PREVISTOS		BDI INFORMADO = 23,00%			
	código		UNID	QTDE	UNITÁRIO SEM BDI	UNITÁRIO COM BDI	TOTAL SEM BDI	TOTAL COM BDI
1		SERVIÇOS PRELIMINARES						
1.1	02.08.040	Placa em lona com impressão digital e requadro em metalon	m2	6,00	435,76	535,98	2.614,56	3.215,91
2		RECOMPOSIÇÃO DE BASE						0,00
2.1	01.23.070	Demarcação de área com disco de corte diamantado	m	112,70	5,35	6,58	602,95	741,62
2.3	54.01.030	Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km	m²	810,57	29,58	36,38	23.976,60	29.491,22
2.4	54.01.210	Base de brita graduada	m³	243,17	226,70	278,84	55.126,72	67.805,87
		TOTAL ITEM 1					82.320,83	101.254,62
3		RECAPEAMENTO EM CBUQ						
3.1	54.01.410	Varição de pavimento para recapeamento	m2	2.087,93	0,78	0,96	1.628,59	2.003,16
3.3	54.03.240	Imprimação betuminosa impermeabilizante		2.087,93	15,72	19,34	32.822,26	40.371,38
3.4	54.03.230	Imprimação betuminosa ligante COM RR-2C	M2	2.087,93	7,80	9,59	16.285,85	20.031,60
3.7	54.03.210	Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ, COM ESPESSURA DE 3,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017	M3	62,64	1704,31	2.096,30	106.754,40	131.307,91
		TOTAL ITEM 2					157.491,10	193.714,05
4		LOMBADA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA						
4.1	70.01.003	Faixa elevada para travessia de pedestres em massa asfáltica - lombofaixa	M2	22,71	296,40	364,572	6.731,24	8.279,43
	70.02.001	Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo	M2	13,755	74,62	91,7826	1.026,40	1.262,47
	70.02.010	Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica	M2	13,755	38,98	47,9454	536,17	659,49
		TOTAL ITEM 3					6.731,24	10.201,39
		TOTAL GERAL DO ORÇAMENTO					247.324,45	305.170,06

Bofete, 26 de Setembro de 2021

MARIANA SIMIONATO RAMOS
CAU A 52813-7



Prefeitura Municipal de Bofete

CNPJ 46.634.143/0001-56

RUA NOVE DE JULHO, 290 Fone (14) 3883-9300 / Fax (14) 3883-9301
 CEP 18590-000 - BOFETE - Estado de São Paulo

CRONOGRAMA FISICO FINANCEIRO

Objeto: RECAPEAMENTO ASFALTICO BOFETE-SP

PRAZO EXECUÇÃO: 2 MESES

Item	Discriminação	Valor R\$	Peso %	PRAZO EXECUÇÃO:	
				1MES	2MESES
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	101.254,62	33,39%	101254,62	
2	RECAPEAMENTO EM CBUQ	193.714,05	63,88%	193714,05	
3	LOMBADA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA	8.279,43	2,73%	8279,43	
	Total (R\$): MES	303.248,10	100,00%	303.248,10	-
	Total (R\$): ACUMULADO			303.248,10	

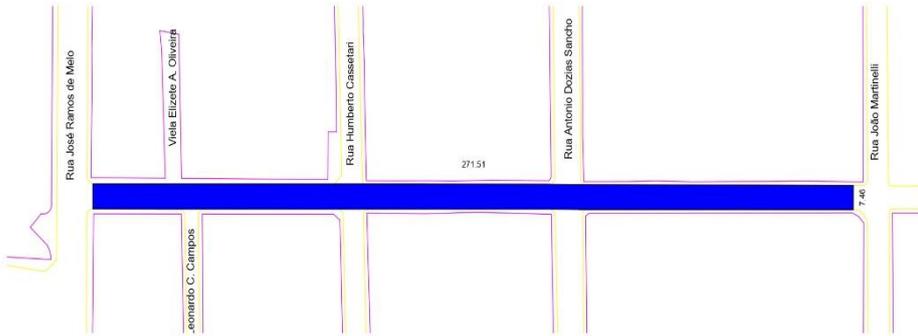
BOFETE, 29 de setembro de 2022

mariana simionato ramos
 CAU A 52813-7

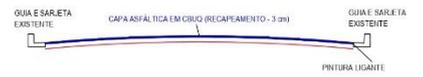


RECAPEAMENTO ASFÁLTICO

Rua Etozib Capelari = 695,86 m²



PERFIL ESQUEMÁTICO - RECAPE / ASFALTO



RECONSTRUÇÃO DE BASE

Rua Etozib Capelari = base 29,25 m²



PERFIL ESQUEMÁTICO - RECONSTRUÇÃO DE BASE



SINALIZAÇÃO VIÁRIA

Rua Etozib Capelari



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE

PROJETO: INFRAESTRUTURA URBANA

LOCAL: RUA ETOZIB CAPELLARI - BOFETE

TÍTULO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE VIA PÚBLICA

NUMERO: 01/01

PROJETO BÁSICO

ESCALA NOMINAL: 1:1500	DATA: SET/2021	REVISÃO: 0
------------------------	----------------	------------

ACERTADOS: _____

ELABORADO POR: _____

APROVADO POR: _____

ESPALHO: _____

MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA:

RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

Descrição dos Serviços:

1		SERVIÇOS PRELIMINARES
1.1	02.08.040	<p>Placa em lona com impressão digital e requadro em metalon</p> <p>1) Será medido por área de placa executada (m²).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento e instalação de placa em lona para fachada conforme normas e leis vigentes, constituída por: banner em lona com impressão digital de alta resolução, requadro em metalon de 30 x 20 mm; remunera também o fornecimento de estrutura de fixação da placa em metalon pintado; inclusive materiais acessórios e a mão-de-obra necessária para instalação completa da placa.</p>
2		RECOMPOSIÇÃO DE BASE
2.1	01.23.070	<p>Demarcação de área com disco de corte diamantado – demarcação da área a ser retirada para a reconstrução da base.</p> <p>1) Será medido pelo comprimento total da demarcação executada (m).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento de mão de obra, materiais acessórios e equipamentos necessários para a execução do serviço de demarcação das anomalias no concreto com lápis de cera, régua e linha, formando figuras geométricas com lados retos e preferencialmente paralelos, e na sequência demarcação final com disco diamantado, cortando com profundidade máxima de 05 (cinco) mm, contados da face original da peça, de modo que as armaduras não sejam atingidas pelo disco de corte.</p>
2.3	54.01.030	<p>Abertura e preparo de caixa até 40 cm, compactação do subleito mínimo de 95% do PN e transporte até o raio de 1 km – Abertura para reconstrução da base.</p> <p>1) Será medido por área de superfície com abertura e preparo de caixa executado, nas dimensões especificadas em projeto, com profundidade variável até 40 cm (m²).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento dos equipamentos e mão de obra necessários para a execução dos serviços: corte e homogeneização do solo, para camadas até 40 cm de profundidade; compactação igual ou maior que 95%, em relação ao ensaio do proctor normal, conforme exigências do projeto; o controle tecnológico com relação às características e qualidade do material a ser utilizado, ao desvio, em relação à umidade, inferior a 2% e à espessura e homogeneidade das camadas; acabamento da superfície, admitindo-se cortes, quando necessário, para o acerto das cotas; controle geométrico e ensaios geotécnicos. Toda a execução dos serviços bem como os ensaios tecnológicos deverão obedecer às especificações e quantidades mínimas exigidas pelas normas: NBR 6459, NBR 7180, NBR 7181 e NBR 7182. Remunera também os serviços: mobilização e desmobilização; carga mecanizada do solo excedente, após a compactação e o nivelamento; transporte, interno a obra, num raio de um quilômetro e o descarregamento para distâncias inferiores a um quilômetro.</p>
2.4	54.01.210	<p>Base de brita graduada – Reconstrução da base em trechos muito danificados.</p> <p>1) Será medido por volume de sub-base, ou base acabada, nas dimensões especificadas em projeto (m³).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento, posto obra, de equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários para a execução da sub-base ou base em brita graduada simples, compreendendo: o fornecimento do material, usinagem, perdas, carga, transporte até o local de aplicação, descarga, espalhamento, regularização, formas laterais, compactação e acabamento. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização. Os produtos florestais e / ou subprodutos florestais utilizados deverão atender aos procedimentos de controle estabelecidos nos Decretos Estaduais 49.673/ 2005 e 49.674/ 2005.</p>
3		RECAPEAMENTO EM CBUQ
3.1	54.01.410	<p>Varição de pavimento para recapeamento</p> <p>1) Será medido por área real de varrição de pavimento executado (m²).</p> <p>2) O item remunera mão-de-obra necessária para a execução de varrição de pavimento para recapeamento.</p>



3.3	54.03.240	<p>Imprimação betuminosa impermeabilizante</p> <p>1) Será medido por área de superfície com aplicação de imprimação, nas dimensões especificadas em projeto (m²).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento, posto obra, de equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários para a execução de imprimação betuminosa impermeabilizante, compreendendo os serviços: fornecimento de asfalto diluído tipo CM-30, incluindo perdas; carga, transporte até o local de aplicação; aplicação do asfalto formando camada betuminosa impermeabilizante. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.</p>
3.4	54.03.230	<p>Imprimação betuminosa ligante COM RR-2C</p> <p>1) Será medido por área de superfície com aplicação de imprimação, nas dimensões especificadas em projeto (m²).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento, posto obra, de equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários para a execução de imprimação betuminosa ligante, compreendendo os serviços: fornecimento de emulsão betuminosa ligante tipo RR-1-C, incluindo perdas; carga, transporte até o local de aplicação; aplicação da emulsão asfáltica formando camada betuminosa ligante. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.</p>
3.7	54.03.210	<p>Camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente - CBUQ, COM ESPESSURA DE 3,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. AF_03/2017</p> <p>1) Será medido por volume de concreto betuminoso usinado quente (CBUQ) acabado, nas dimensões especificadas em projeto (m³).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento, posto obra, de equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários para a execução de camada de rolamento em concreto betuminoso usinado quente tipo CBUQ, compreendendo os serviços: fornecimento de mistura homogênea a quente, executada em usina de agregados e material betuminoso, incluindo perdas; carga, transporte até o local de aplicação, descarga; execução de camada de concreto asfáltico, compactação e acabamento final. Remunera também os serviços de mobilização e desmobilização.</p>
4		LOMBADA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA
4.1	70.01.003	<p>Faixa elevada para travessia de pedestres em massa asfáltica – lombofaixa</p> <p>1) Será medido pela área de lombofaixa, medido na projeção (m²).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento de materiais, acessórios, equipamentos e mão de obra necessários para a execução de lombofaixa ou faixa elevada, composta por: fresagem asfáltica até 5cm, pavimento asfáltico, imprimação impermeabilizante e ligante, base da elevação em massa asfáltica com altura de topo 15 cm, de acordo com a Resolução CONTRAN Nº 738, de 06/09/2018, com aproveitamento da base do pavimento existente, sem pintura de sinalização horizontal. Remunera também a varrição manual da pista, a carga mecanizada, o transporte com caminhão até 1 (um) quilômetro, o descarregamento, a seleção e a acomodação manual do entulho em lotes, água necessária à execução dos serviços, a mobilização e desmobilização da fresadora. Normas técnicas: NBR 15112, NBR 15113 e NBR 15114.</p>
	70.02.001	<p>Limpeza, pré marcação e pré pintura de solo</p> <p>1) Será medido pela área executada (m²).</p> <p>2) O item remunera a fornecimento de materiais, acessórios e a mão de obra necessários para a execução dos serviços de limpeza, pré marcação e pré pintura de solos.</p>
	70.02.010	<p>Sinalização horizontal com tinta vinílica ou acrílica – Pintura de sinalização - PARE</p> <p>1) Será medido por área de pintura executada (m²).</p> <p>2) O item remunera o fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos necessários para a execução dos serviços de demarcação de pavimento com tinta a base de resinas vinílicas ou acrílicas, refletorizada com micro esferas de vidro.</p>

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO

PROCESSO N°. 216/2022

CONVITE N°. 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

PROCURAÇÃO EXTRA JUDICIA

OUTORGANTE:, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, com sede na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de, neste ato representada pelo(a) (sócio/diretor), Sr. (a), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, na cidade de, Estado de, -----

OUTORGADO(S): Sr. (a),(nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador(a) do RG nº e do CPF nº, residente e domiciliado na Rua, nº, bairro, na cidade de, Estado de, -----

PODERES: ao(s) qual(ais) confere amplos poderes para representar a empresa no procedimento licitatório, especificamente na licitação modalidade CONVITE nº 0...../2021, da Prefeitura Municipal de Bofete, podendo para tanto prestar esclarecimentos, assinar atas e declarações, visar documentos, receber notificações, interpor recurso, manifestar-se quando à desistência deste e praticar todos os demais atos inerentes ao referido certame.

....., de de 2021

.....

Outorgante

ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO COMPLETA

PROCESSO N° 216/2022

CONVITE N° 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

À Prefeitura Municipal de Bofete

A/C Setor de Licitações

DECLARAÇÃO COMPLETA

A Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada à Rua/Av. _____, nº ____, Bairro _____, Município de _____, Estado de _____, CEP _____, Fone (____) _____, por intermédio de seu representante legal, Senhor(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob nº _____, **DECLARA** sob as penas da lei:

- a) Cumpre plenamente os requisitos de habilitação nos termos do Artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, sob pena de aplicação das penalidades legais cabíveis conforme previsto no Artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, atendendo plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital;
- b) Até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- c) Em atendimento ao Art. 27, Inc. V da Lei Federal nº 8.666/93, acrescida pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999 que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menos de dezesseis anos;



- d) Encontra-se em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no Inc. XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- e) Conhece e aceita o inteiro teor do Instrumento Convocatório, ressaltando-se o direito recursal, bem como declara ter recebido todos os documentos e informações necessárias ao cumprimento integral das obrigações objeto da licitação;
- f) Não foi declarada inidônea para contratar com o Poder Público de nenhuma esfera;
- g) Não integra nosso corpo social, tampouco em nosso quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal de Bofete;
- h) Nos preços estão inclusos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral deste Edital e seus anexos;
- i) Os serviços ofertados atendem as especificações descritas no Edital e a legislação em vigor;
- j) Para fins do disposto no §2º do Art. 32 de Lei nº 8.666 de 21 de outubro de 1993, acrescido pela Lei nº 9.845 de 27 de outubro de 1999, que não está impedida de participar de licitações ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta e que não é declarada inidônea pelo Poder Público, de quaisquer esferas da Federação. Não se encontra, nos termos da Legislação em vigor ou do presente certame, sujeito a qualquer outro fato ou circunstância que possa impedir a sua regular participação na presente licitação, ou a eventual contratação que deste procedimento possa decorrer.

.....
assinatura do representante legal

nº. do RG

ANEXO IV MINUTA DO CONTRATO

PROCESSO N.º. 216/2022

CONVITE N.º. 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

PREÂMBULO

Pelo presente instrumento de contrato de Execução de drenagem e Construção de guias e calçadas, que entre si celebram, de um lado **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE (SP)**, com sede à Rua 9 de Julho, n.º 290, Centro, Município de Bofete, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob n.º 46.634.143/0001-56, neste ato devidamente representada pelo Prefeito do Município Sr. **CLAUDÉCIO JOSÉ EBÚRNEO**, brasileiro, casado, profissional autônomo, residente e domiciliado à Rua Campos Salles n.º 426, Centro, nesta cidade, portador do RG n.º 17.225.460 SSP-SP e CPF n.º 113.299.598-17, denominado neste ato simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ sob n.º. _____ e Inscrição Estadual sob n.º. _____, estabelecida na _____, Município de _____, Estado de _____, representada pelo senhor _____, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG sob n.º. _____ e do CPF n.º. _____, residente e domiciliado na _____, _____, Município de _____, Estado de _____, e figurando como preposto, o Sr(a). _____, portador do RG n.º....., inscrito no CPF n.º....., neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, fica justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA 1 – DO OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

1.1 - Constitui objeto do presente contrato, a execução de recapeamento asfáltico, conforme planilha e local apresentados no instrumento licitatório, compreendendo o fornecimento de todos os materiais de construção empregados, equipamentos, mão de obra, canteiro de obras,

serviços complementares, transportes, etc., conforme, Plano de Trabalho, Memorial Descritivo, Memória de Cálculo de Quantitativo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentária e projetos constantes no ANEXO I, bem como a proposta apresentada no processo, onde fazem parte integrante do presente contrato, objeto do Processo Licitatório nº 216/2022 – Convite nº. 02/2022.

CLÁUSULA 2 – DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1 - Os serviços serão executados sob o regime de empreitada integral.

CLÁUSULA 3 – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 - Para a execução dos serviços mencionados na cláusula primeira, a Contratada receberá da Contratante o valor total de R\$ _____ (_____).

3.2 - Os pagamentos serão efetuados por etapas, conforme medições, uma vez implementadas as demais condições exigidas na forma de pagamento, cujo ocorrerá em até 15 (quinze) dias.

3.3 - A forma de pagamento será executada através de transferência bancária em favor da contratada, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pela autoridade competente acompanhada da medição aprovada pelo Departamento de Projetos e Planejamento do Município.

3.4 - A contratada, quando da emissão e entrega da respectiva Nota Fiscal relativa à medição da parcela da obra, deverá também apresentar cópia dos recolhimentos do ISS, em razão dos serviços que executa, certidão negativa de débito do INSS e do FGTS, com validades vigentes.

- a) Cópias das guias de recolhimento dos encargos previdenciários (INSS e FGTS) resultantes do contrato, devidamente quitadas, relativas à execução do serviço e em conformidade a legislação vigente;
- b) Cópia dos comprovantes do Imposto Sobre Serviço (ISS) resultante do contrato,



devidamente quitado, recolhido junto a Prefeitura Municipal, relativo ao mês de execução.

3.5 - O contratante se resguarda no direito de fazer as retenções exigidas em Lei, como por exemplo, previdência social, ISS, imposto de renda, ou outros tributos, pagando a contratada o valor contratado descontado(s) o(s) tributo(s) devido(s).

3.6 - Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.7 - Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da Contratada, incidirá correção monetária sobre o valor devido conforme o IPCA-E, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pró-rata tempore”, em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA 4 – DOS PRAZOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1 - Os prazos de execução das obras são os seguintes:

- a) Para **início**: até 7 (sete) dias corridos, contados a partir da ordem de serviço;
- b) Para **conclusão**: **60 (sessenta)** dias corridos, contados do início da obra;
- c) Para **recebimento provisório** pelo responsável por seu acompanhamento/fiscalização e/ou Comissão de Vistoria, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 10 (dez) dias corridos de comunicação escrita da conclusão da obra por parte da **Contratada**;
- d) Para **recebimento definitivo pela Comissão designada pelo Prefeito Municipal de Bofete**, até 10 (dez) dias corridos após o decurso do prazo de observação, nos termos do artigo 73, I, “b”, da Lei nº 8.666/93, e alterações, considerando esta data de término da obra;
- e) O presente instrumento encerrar-se-á em ___/___/___;



- f) O prazo de vigência constante do subitem anterior poderá ser prorrogado, desde que solicitado pela contratada e aceito pela contratante, nos termos no art. 57, §2º. da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA 5 – DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 - Para a execução dos referidos serviços, as despesas onerarão a seguinte classificação orçamentária:

02.00 - Poder Executivo

02.11.00 – Departamento de Obras – Serviços Urbanos e Rurais

02.11.01 – Serviços Urbanos

4.0.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

15.451.0034.1058 – Pavimentação Rua Etozib Capelari (Fichas 319 – Tesouro/ 320 – Convênio)

CLÁUSULA 6 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – São obrigações da Contratada:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços ora contratados;
- b) Disponibilizar empregados e equipamentos necessários ao bom desempenho e eficácia dos serviços ora contratados;
- c) Enviar todas as documentações solicitadas pelo contratante, notadamente, as relacionadas na cláusula terceira, retro, e seus parágrafos;
- d) Fornecer empregados com as qualidades técnicas exigidas para o desempenho dos serviços ora contratados;
- e) Indicar um Supervisor Técnico que atenderá como preposto todas as reclamações, dúvidas, visando a melhor forma de prestação dos serviços ora contratados;



- f) Os horários de trabalho dos empregados da contratada deverá obedecer ao estipulado nos dissídios ou convenção coletivo vigente, sendo certo que se houver extrapolação de horário permitido, deverá a contratada pagar pelas horas extras respectivas;
- g) A contratada se obriga a também a respeitar outras determinações do contratante, as quais por omissão, não constaram da presente avença, sendo certo que o contratante comunicará por escrito tais exigências;
- h) A contratada será civil e criminalmente responsável por todo e qualquer acidente ou danos a terceiros, na execução dos serviços contratados, inclusive o pagamento das indenizações devidas;
- i) A contratada se responsabiliza, também, por todos os débitos tributários, cíveis, criminais e trabalhistas em decorrência dos serviços ora contratados, além de não formar vínculo empregatício entre os trabalhadores da contratada e o contratante;
- j) Manter no local da obra, registro de desempenho da obra em execução;
- k) Manter no local da obra o Livro de Ordem (diário de obra), conforme determina a Resolução 1.024 do CONFEA (Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia);
- l) Manter no local da obra, preposto para acompanhamento da obra;

CLÁUSULA 7 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 – São obrigações do Contratante:

- a) Pagar pelos serviços prestados, desde que a contratada apresente os documentos exigidos no presente contrato;
- b) Indicar um responsável técnico para acompanhar os trabalhos da contratada;
- c) Prestar informações e esclarecimentos aos empregados da contratada que eventualmente venham ser solicitados e que digam respeito a natureza dos serviços ora contratados;
- d) Acompanhar e fiscalizar todas as atividades da contratada pertinentes ao objeto contratado, o que não exime a contratada da responsabilidade por danos causados.

CLÁUSULA 8 – DAS INADIMPLENCIAS E PENALIDADES



8.1 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, sem justificativa aceita pela contratante, resguardados os preceitos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) Multa compensatória de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela recusa em assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias, após convocação, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas no artigo 87 da Lei Federal nº. 8.666/93;
- b) Multa de mora correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total da contratação, por dia de inadimplência da execução previsto no cronograma físico, até o limite de 10 (dez) dias úteis, caracterizando inexecução parcial; e,
- c) Multa compensatória de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação, pela inadimplência além do prazo do subitem anterior, caracterizando inexecução total do mesmo;
- d) Advertência;
- e) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal por prazo de até 02 (dois) anos; e
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

8.2 - A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei Federal nº. 8.666/93 inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração ou a terceiros.

8.3 - A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela contratante.

8.4 - O valor da multa poderá ser descontado da Fatura ou crédito existente em favor da contratada, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será



cobrada na forma da lei. Se a multa aplicada for de valor superior ao primeiro pagamento, o excesso também poderá ser descontado do pagamento subsequente e assim sucessivamente.

8.5 - As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da contratante, devidamente justificado.

8.6 - As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

CLÁUSULA 9 – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

9.1 - O presente contrato poderá sofrer alterações nos termos do artigo 65, da Lei 8666/93, sempre mediante a formalização do correspondente termo aditivo:

9.1.1 - Em relação à alínea d do inciso II do artigo supracitado, o equilíbrio econômico financeiro poderá ser concedido apenas quando decorrido 01 (um) ano da assinatura do termo contratual, utilizando-se a mesma referência da planilha orçamentária.

CLÁUSULA 10 – DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1 - O contratado não poderá transferir ou subcontratar o objeto deste contrato, no todo ou em parte, sob pena de rescisão unilateral do contratante. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, nos termos dos artigos 77 a 80 da Lei 8666/93, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88 do mesmo diploma legal, sendo certo que o contratante poderá reter créditos do Contratado e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos, a fim de se ressarcir de prejuízos que advierem do rompimento.

10.2 - O presente contrato será rescindido de pleno direito em caso de:

- a) Inexecução total do ajuste, após a assinatura do termo contratual;
- b) Inexecução parcial do contrato, ou constatada a não adequação do objeto entregue com as especificações do edital;



- c) Não manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Má execução do objeto contratado.

CLÁUSULA 11 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

11.1 - Consoante cláusula primeira do presente contrato, o processo licitatório, que originou a avença em comento, faz parte integrante do presente instrumento.

CLÁUSULA 12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 - Ficam nomeados os funcionários abaixo para a gestão e fiscalização desse instrumento:

Nome: _____ - Cargo: _____ – Responsável pela fiscalização.

Nome: _____ - Cargo: _____ – Responsável pela gestão do contrato.

CLÁUSULA 13 – DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Porangaba, Estado de São Paulo, para serem dirimidas possíveis dúvidas oriundas do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, após lido e achado conforme, firmam perante as testemunhas abaixo assinadas, o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor para os mesmos fins de direito.

Bofete,

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOFETE
CLAUDÉCIO JOSÉ EBURNEO - PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA



ANEXO V

AVISO DE RECEBIMENTO E PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

PROCESSO Nº. 216/2022

CONVITE Nº. 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

Empresa:

Endereço:

Cidade:

Estado:

CNPJ/CPF:

I.E.

Telefone:

Fax:

E-mail:

Pessoa responsável:

ATENÇÃO

É responsabilidade da empresa o recebimento do edital junto ao Departamento de Administração – Setor de Licitações. A não comunicação imediata do recebimento poderá prejudicar a empresa, que não será notificada sobre eventuais alterações ocorridas no decorrer da licitação. O recebimento deverá ser imediato junto à retirada do Edital e seus anexos.

Para: Setor de Licitações. A/C Sr. Mateus Felipe Holtz– Presidente da COPEL-
Fone/Fax: (14) 3883-9309

E-mail: licitacao@bofete.sp.gov.br

MENSAGEM

Comunico ao Departamento de Administração, Setor de Licitações, o recebimento do edital do CONVITE Nº. 02/2022 e indico a participação no certame

.....
Assinatura do responsável

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Do Setor de Licitações

Ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal

Claudécio José Eburneo

Em razão do memorial descritivo projetado pelo Setor de Engenharia e Planejamento da Prefeitura Municipal de Bofete, a fim de providenciar a RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELLI – tendo em vista o menor prazo temporal legal possível, considero que é necessária a abertura de procedimento licitatório na modalidade Convite para contratação de empresa especializada no respectivo serviço. Destarte, o setor responsável apurou valor global de aceitabilidade de R\$ 305.107,06 (trezentos e cinco mil, cento e sete reais, seis centavos). Nesse sentido peço autorização para dar prosseguimento ao certame.

Setor de Licitações em 21 de novembro de 2022.

MATEUS FELIPE HOLTZ

Presidente da Copel



A U T O R I Z A Ç Ã O

Ao Senhor Mateus Felipe Holtz
Presidente da Copel

Diante do exposto por Vossa Senhoria, ressaltando a viabilidade e oportunidade da contratação de empresa especializada que ofereça os serviços de RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, para atender à demanda do Departamento de Projetos e Planejamento da Prefeitura Municipal de Bofete/SP,

AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório na modalidade Convite. Proceda-se como determina a legislação em vigor.

Atenciosamente.

Gabinete do Prefeito em 21 de novembro de 2022.

Claudécio José Eburneo
Prefeito Municipal



SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Ao Setor de Contabilidade
A/C Erick Alves de Castro
Contador

Solicito a Vossa Senhoria, informações quanto à existência de dotação para atender o certame, bem como especificar o enquadramento da mesma objetivando a cobertura da despesa para a contratação a contratação de empresa especializada que ofereça serviços de RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, para atender à demanda do Departamento de Projetos e Planejamento da Prefeitura Municipal de Bofete/SP, cujo o valor total estimado é R\$ 305.107,06 (trezentos e cinco mil, cento e sete reais, seis centavos).

Setor de Licitações em 21 de novembro de 2022.

MATEUS FELIPE HOLTZ

Presidente da Copel



SOLICITAÇÃO DE RESERVA DE RECURSOS FINANCEIROS

Ao Setor de Finanças

A/C Paula Regina de Barros Prado

Diretora de Finanças

Tendo em vista que se acha em fase de abertura o Processo Licitatório nº 216/2022 - Convite nº 02/2022, destinado à contratação de empresa especializada que ofereça os serviços de serviços de RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, para atender à demanda do Departamento de Projetos e Planejamento da Prefeitura Municipal de Bofete/SP, cujo o valor total estimado é de R\$ 305.107,06 (trezentos e cinco mil, cento e sete reais, seis centavos), solicito de Vossa Senhoria a reserva financeira do valor acima mencionado.

Setor de Licitações em 21 de novembro de 2022.

MATEUS FELIPE HOLTZ

Presidente da Copel

INDICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Ao Sr. Mateus Felipe Holtz
Presidente da Copel

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria, informo que no orçamento em vigor existe a dotação orçamentária onde deverá ser contabilizada a despesa a destinada à contratação a contratação de empresa especializada que ofereça os serviços de RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, para atender à demanda do Departamento de Projetos e Planejamento da Prefeitura Municipal de Bofete/SP, cujo o valor total estimado é de R\$ 305.107,06 (trezentos e cinco mil, cento e sete reais, seis centavos). A contabilização da despesa deverá obedecer às seguintes classificações orçamentárias:

02.00 - Poder Executivo

02.11.00 – Departamento de Obras – Serviços Urbanos e Rurais

02.11.01 – Serviços Urbanos

4.0.00.00.00 – Despesas de Capital

4.4.00.00.00 – Investimentos

4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações

15.451.0034.1058 – Pavimentação Rua Etozib Capelari (Fichas 319 – Tesouro/ 320 – Convênio)

Setor de Contabilidade em 21 de novembro de 2022.

Erick Alves de Castro
Contador - CRC 1SP 252934/O-4



TERMO DE RESERVA DE RECURSOS FINANCEIROS

Ao Sr. Mateus Felipe Holtz
Presidente da Copel

Em atenção à solicitação de Vossa Senhoria constante de despacho retro, informo que existe o recurso financeiro para suportar a despesa e o pagamento será efetuado conforme normas estabelecidas no instrumento licitatório nº 216/2022 - Convite nº 02/2022.

Setor de tesouraria em 21 de novembro de 2022.

Paula Regina de Barros Prado
Diretora de Finanças



ANEXO V

AVISO DE RECEBIMENTO DE EDITAL E PARTICIPAÇÃO EM CERTAME

PROCESSO N°. 216/2022

CONVITE N°. 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

Empresa: Cesário Lange Usina de Asfalto Ltda

Endereço: Rod SP 141 Mário Batista Mori KM 45

Cidade: Cesário Lange

Estado: SP

CNPJ/CPF: 34.678.057/0001-66

I.E.

Telefone: (15) 9.81816868

Fax:

E-mail: usinadeasfaltocesariolange@hotmail.com

Pessoa responsável: Herica

ATENÇÃO

É responsabilidade da empresa o recebimento do edital junto ao Departamento de Administração – Setor de Licitações. A não comunicação imediata do recebimento poderá prejudicar a empresa, que não será notificada sobre eventuais alterações ocorridas no decorrer da licitação. O recebimento deverá ser imediato junto à retirada do Edital e seus anexos.

Para: Setor de Licitações. A/C Sr. Mateus Felipe Holtz– Presidente da COPEL-
Fone/Fax: (14) 3883-9309

E-mail: licitacao@bofete.sp.gov.br

MENSAGEM

Comunico ao Departamento de Administração, Setor de Licitações, o recebimento do edital do CONVITE N°. 02/2022 e a participação neste certame

Herica Paulino

Assinatura do responsável



ANEXO V

AVISO DE RECEBIMENTO DE EDITAL E PARTICIPAÇÃO EM CERTAME

PROCESSO Nº. 216/2022

CONVITE Nº. 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

Empresa: BMM CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI

Endereço: RUA PADRE JOSÉ DE ANCHIETA, 215 – SALA 102

Cidade: INDAIATUBA

Estado: SP

CNPJ/CPF: 01.606.382/0001-64

I.E. 353.357796.116

Telefone: (11) 989669112

Fax:

E-mail: marc.terra@terra.com.br

Pessoa responsável: Marcos Antonio Terra

ATENÇÃO

É responsabilidade da empresa o recebimento do edital junto ao Departamento de Administração – Setor de Licitações. A não comunicação imediata do recebimento poderá prejudicar a empresa, que não será notificada sobre eventuais alterações ocorridas no decorrer da licitação. O recebimento deverá ser imediato junto à retirada do Edital e seus anexos.

Para: Setor de Licitações. A/C Sr. Mateus Felipe Holtz – Presidente da COPEL- Fone/Fax: (14) 3883-9309

E-mail: licitacao@bofete.sp.gov.br

MENSAGEM

Comunico ao Departamento de Administração, Setor de Licitações, o recebimento do edital do CONVITE Nº. 02/2022 e a participação neste certame

Assinatura do responsável

BMM CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP



ANEXO V

AVISO DE RECEBIMENTO DE EDITAL E PARTICIPAÇÃO EM CERTAME

PROCESSO Nº. 216/2022

CONVITE Nº. 02/2022

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

Empresa: SANSON PAVIMENTO E OBRAS LTDA.

Endereço: MUNIC. TTI-403, nº S/N - BAIRRO: GUARAPO

Cidade: TATUI

Estado: SP

CNPJ/CPF: 04.474.537/0001-44

I.E. 687.133.990.119

Telefone: (15) 3288-4288

Fax:

E-mail: murilo.tirabassi@gruposanson.com.br

Pessoa responsável: Murilo Tirabassi

ATENÇÃO

É responsabilidade da empresa o recebimento do edital junto ao Departamento de Administração – Setor de Licitações. A não comunicação imediata do recebimento poderá prejudicar a empresa, que não será notificada sobre eventuais alterações ocorridas no decorrer da licitação. O recebimento deverá ser imediato junto à retirada do Edital e seus anexos.

Para: Setor de Licitações. A/C Sr. Mateus Felipe Holtz– Presidente da COPEL- Fone/Fax:
(14) 3883-9309

E-mail: licitacao@bofete.sp.gov.br

MENSAGEM

Comunico ao Departamento de Administração, Setor de Licitações, o recebimento do edital do CONVITE Nº. 02/2022 e a participação neste certame

Assinatura do responsável



AO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

Venho por meio deste solicitar processo licitatório o mais breve possível para a execução das obras de melhoria de base e recapeamento de trecho da Rua Etozib Capelari.

Tal solicitação se faz necessária pois o recurso financeiro para realização da obra é oriundo de repasse federal, portanto precisamos executar e prestar contas desse recuso no menor tempo possível.

Bofete, 21 de novembro de 2022.

MARIANA SIMIONATO RAMOS
Arquiteta Urbanista
CAU A 52813-7



MUNICÍPIO DE BOFETE

RUA NOVE DE JULHO - CENTRO - 290 - CEP: 18.590-000

FONE (14)3883-9300

CNPJ: 46.634.143/0001-56



CÓDIGO DE ACESSO

EB08713B9254405D80076441E0BBB8FB

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: MARIANA SIMIONATO RAMOS em 21/11/2022 10:03:12

CPF:***.***-681-20

Unidade certificadora: MUNICÍPIO DE BOFETE - ROOT

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://bofete.flowdocs.com.br/public/assinaturas/EB08713B9254405D80076441E0BBB8FB>

PARECER– DEPTO. JURÍDICO

Ao Setor de Licitações

PROCESSO N°. 216/2022

CONVITE N°. 02/2022

TIPO: EMPREITADA INTEGRAL

CRITÉRIO: MENOR VALOR GLOBAL

OBJETO: RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo originado no Departamento de Licitações, com vistas à realização de licitação na modalidade CONVITE para RECONSTRUÇÃO DE BASE E RECAPEAMENTO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DA RUA ETOZIB CAPELARI, TRECHO ENTRE AS RUAS JOÃO RAMOS DE MELO E JOÃO MARTINELI



Em síntese, constam do expediente:

- I-** Ofício do departamento da Cultura e Turismo.
- II-** Solicitação de abertura de procedimento licitatório;
- III-** Autorização do Ilmo. Sr. Prefeito para a abertura de procedimento licitatório;
- IV-** Indicação da existência de dotação orçamentária, realizada pelo Departamento de Contabilidade;
- V-** Indicação de existência de recursos financeiros, atestada pela Diretoria de Finanças;
- VI-** Minuta do Edital e demais anexos pertinentes (Anexo I – memoria descritivo; Anexo II – procuração; III- modelo de declaração; Anexo; IV – Minuta do contrato; Anexo V - aviso de recebimento do edital).
- VII-** Convites.

Analizados os termos da consulta, cabem as seguintes considerações com base na consulta formulada.



É o breve relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Como é cediço, a Constituição Federal determinou no art. 37, inciso XXI, que as contratações da Administração Pública devem ser precedidas por licitação, em regra. No tocante aos processos licitatórios, observa-se a aplicabilidade e vigência eminentemente da Lei nº 8.666/93, que é a norma que trata dos procedimentos licitatórios e contratos com a Administração Pública, Direta e Indireta.

Consoante disposto nesta Lei de Licitações, o certame destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

A Administração Pública para contratar serviços, ou adquirir produtos, ou produtos e serviço, é obrigada constitucionalmente a realizar previamente processo administrativo de licitação, consoante previsto no

art. 37, inciso XXI da CF/88e art. 2º da Lei nº 8.666/93, como se pode ver da transcrição da redação dos dispositivos ora citados:

“Art. 37. (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”

A Licitação, portanto, é o procedimento administrativo mediante o qual a Administração Pública seleciona proposta mais vantajosa para a contratação de objetos que atendam ao interesse e necessidade, de modo a contemplar a moralidade pública e todos os ditames constitucionais sagrados no artigo 37, caput e incisos, da Constituição Federal. Dessa forma, permite-se que o Poder Público possa escolher, dentre as propostas apresentadas, qual é a mais vantajosa para si, isto é, para o interesse público, e ainda, permite amplamente a todos a igualdade de condições, sem distinções, usufruir do seu direito de participar dos contratos que o Poder Público celebra.



Verifica-se a priori a possibilidade legal da utilização da modalidade eleita, em vista do objeto licitado amoldar-se ao caso, bem como, o valor estimado da contratação, constando a realização de convite de 03 (três) empresas interessadas e do ramo pertinente ao presente objeto, que atende ao mínimo legal.

Vejamos o disposto na Lei nº 8.666/93:

Art. 21. (...) § 2º O prazo mínimo até o recebimento das propostas ou da realização do evento será: (...) IV - cinco dias úteis para convite. § 3º. Os prazos estabelecidos no parágrafo anterior serão contados a partir da última publicação do edital resumido ou da expedição do convite, ou ainda da efetiva disponibilidade do edital ou do convite e respectivos anexos, prevalecendo a data que ocorrer mais tarde.

Art. 22. (...) § 3º Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse

com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.”

Nesse sentido, nota-se que o presente feito procedeu a todas as exigências legais, pelo que se reputa que até o presente momento não existem óbices à continuidade do presente processo licitatório, incumbindo à Administração Pública proceder à afixação do instrumento convocatório e seus anexos em local apropriado, com o fito de dar publicidade e possibilitar a ampla ciência de demais possíveis concorrentes, para que possam manifestar o seu interesse em participar do processo, o que será possível com no máximo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da abertura das propostas da licitação, a teor do disposto no art. 22, §3º, da Lei das Licitações.

Saliente-se que a imposição legal que trata o parágrafo acima, que o interstício de 05 (cinco) dias úteis (que trata o art. 21, §2º, IV, da Lei das Licitações) terá como termo inicial o dia que se afixa o instrumento convocatório, a partir do qual apenas após este prazo é que se poderá ocorrer a abertura das propostas, conforme disposto no §3º deste artigo.

Sem prejuízo do acima exposto, cumpre consignar que caberá à Comissão de Licitação, responsável pelo certame, garantir a ampla divulgação da presente Carta Convite através de sua afixação no quadro de avisos desta Casa de Leis, bem como encaminhar convites a 3 (três) fornecedores, possibilitando maior competição, os quais deverão ser enviados de



forma física ou eletrônica com confirmação de recebimento e identificação do responsável pela empresa, tudo com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis à sessão de abertura dos envelopes, SOB PENA DE NULIDADE DO CERTAME.

É estabelecido no edital os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e

Cumprir destacar que cabe a esta assessoria jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo atribuída análise concernente à conveniência e oportunidade administrativa. A análise jurídica se atém, portanto, tão somente às questões de legalidade das minutas de edital e contrato, compreendidos seus anexos e os atos administrativos que precedem a solicitação de parecer jurídico.

Em que pese a indiscutível preferência desta Assessoria Jurídica p, forçoso convir que a modalidade licitatória sugerida pela Comissão de licitação observa os requisitos legais, razão pela qual opino pela regularidade do presente procedimento.

No mais, o conteúdo do instrumento convocatório, bem como demais atos administrativos praticados até o momento, mostram-se em sintonia com os preceitos legais pertinentes ao caso, merecendo o processo o seu devido prosseguimento.

III – CONCLUSÃO

Desta forma, pelo exposto, entendo cumpridas as exigências iniciais, estando o presente procedimento em conformidade com os preceitos constitucionais e infraconstitucionais, respeitando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência. Estando os documentos que me foram enviados em conformidade com a Lei nº. 8.666/93 e demais normas regulamentadoras da matéria.

Considerando que até então o procedimento não apresenta irregularidades que possam macular o certame, o departamento jurídico opina pelo prosseguimento do processo licitatório.

É o parecer, ora submetido à apreciação do Departamento de Licitações.

Por derradeiro, essa manifestação, consigne-se, possui cunho estritamente jurídico, não tendo o condão de cancelar as opções técnicas do administrador, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

Bofete, 21 de novembro de 2022.



CNPJ: 46.634.143/0001-56
Rua Nove de Julho, 290 - Centro, Bofete/SP. CEP 18590-000
Tels.: (14) 3883-9300 / (14) 3883-9301
www.bofete.sp.gov.br



Guilherme Moura de Abreu
Advogado da Prefeitura Municipal de Bofete
OAB/SP 395.434